

## **HIERARQUIA OU PRIVILÉGIO**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*IstoÉ-Senhor, 20.6.88*

A Universidade de São Paulo volta às manchetes dos jornais - e, o que não deixa de ser curioso, às suas seções de matérias pagas - a partir do conflito de uma parte dos professores titulares da Faculdade de Medicina e da Escola Politécnica contra o novo estatuto da universidade que retira dos professores titulares a condição de membros natos das respectivas Congregações. Os professores titulares das duas grandes escolas da universidade, indignados, publicam manifestos nas primeiras páginas dos jornais e ameaçam separar-se da USP caso a reforma se consuma. O que está em jogo é não apenas seu poder como membros das respectivas Congregações, mas também o privilégio que, por exemplo, os professores titulares da faculdade de Medicina têm hoje de dirigir vitaliciamente os setores ou departamentos do Hospital das Clínicas.

Há quase vinte anos atrás uma reforma universitária eliminou formalmente os direitos feudais dos professores catedráticos, que passaram a ser chamados de professores titulares, mas em certas escolas mais tradicionais da USP o sistema vitalício dos catedráticos foi mantido praticamente intacto. Com a reforma atual o que se pretende é completar a reforma anterior, dando à USP uma estrutura de poder moderna, semelhante à das grandes universidades dos países centrais.

É preciso, entretanto, não confundir a reforma que o reitor José Goldemberg vem liderando com as práticas participacionistas e populistas, inspiradas em um democratismo equivocado, de que foram vítimas algumas universidades - principalmente universidades católicas - nos últimos anos. É fundamental manter na universidade o princípio da hierarquia, é essencial garantir aos professores direitos ou poderes de acordo com sua titulação acadêmica e sua posição na carreira universitária - caso contrário teremos a desordem e o desestímulo ao trabalho acadêmico baseado na obtenção de títulos -, mas isto não significa que praticamente todos os direitos devam ser reservados aos professores titulares. Titulação e posição na carreira são indicações de saber e maturidade, mas não significam que seus detentores tenham o monopólio do saber e da maturidade - ou do poder que desses atributos deve decorrer.

Se é preciso evitar o erro do democratismo populista, é fundamental também afastar o erro do privilégio, da hierarquia legítima transformada em poder autoritário, do estímulo à titulação acadêmica transformado em presunção de monopólio da competência acadêmica e burocrática para os titulados e particularmente aos professores titulares. A Universidade deve ser capaz de reunir de uma forma dialética a tradição e a inovação, a hierarquia e o princípio democrático, a ordem e a competição. O novo estatuto da USP aponta nessa direção e deve ser prestigiado.